

CONTRATO Nº. 268/2016-DAQ/DNIT, SOB O REGIME DE CONTRATAÇÃO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI FAZEM O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT E O CONSÓRCIO STE-DZETA, CONSTITUÍDO PELAS EMPRESAS STE - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S.A. E DZETA ENGENHARIA LTDA., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO À GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA JUNTO À ADMINISTRAÇÃO HIDROVIÁRIA DAS HIDROVIAS DO NORDESTE - AHINOR/DNIT, NA FORMA ABAIXO:

(1) DAS PARTES

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, Ente Autárquico Federal, vinculado ao Ministério dos Transportes, com sede em Brasília/DF – Setor de Autarquias Norte, Núcleo dos Transportes Q-3, B-A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.892.707/0001-00, doravante simplesmente denominado **DNIT** ou **CONTRATANTE**, representado pelo seu Diretor-Geral, o Senhor **VALTER CASIMIRO SILVEIRA**, brasileiro, divorciado, servidor público, residente e domiciliado à SQN 112, Bloco F, Ap. 605, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.762-060, portador de Carteira de Identidade nº 1.665.383, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 564.286.341-04, assistido pelo Diretor de Infraestrutura Aquaviária, o Senhor **ERICK MOURA DE MEDEIROS**, analista de finanças e controles, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 2.736.460 - SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 010.896.757-39, com domicílio na Avenida Pau Brasil, Lote 20, Bloco A, Apartamento 604 - Águas Claras-Brasília/DF, e do outro lado, o **CONSÓRCIO STE-DZETA**, aqui denominado **CONTRATADO**, com sede no SCS, Qd. 04, Bl. A, Ed. Vera Cruz, 3º Andar, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.304-913, constituído pelas empresas **STE - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S.A.** (CNPJ Nº. 88.849.773/0001-98), no papel de empresa-líder, e **DZETA ENGENHARIA LTDA.** (CNPJ Nº. 07.013.960/0001-35), representado pelo Senhor **ROBERTO LINS PORTELLA NUNES**, brasileiro, casado, arquiteto inscrito no CPF/MF sob o nº. 184.376.560-87 e portador da cédula de identidade nº. 3013603554 – SSP/RS, residente e domiciliado à SHIS, QI 23, CJ. 11, Casa 01 – Lago Sul – Brasília/DF, CEP nº. 71.660-110, conforme documento que fica arquivado no setor competente.

(2) DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO - O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 8.666/1993, nº. 3.555/2000 e nº. 10.520/2002, bem como ao Decreto nº. 5.450/2005 e demais legislação aplicável e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão nº 555/2015, constante do processo administrativo nº 50600.011458/2015-98, cujo resultado foi homologado em data de 19 de abril de 2016 pelo Ordenador de Despesas do DNIT, ratificada por



meio de deliberação da Diretoria Colegiada na data 19 de abril de 2016, que aprovou o Relato DIREX nº 38/2016, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – Constitui objeto deste Contrato a execução pelo CONTRATADO da **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO À GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA JUNTO À ADMINISTRAÇÃO HIDROVIÁRIA DAS HIDROVIAS DO NORDESTE – AHINOR/DNIT**, conforme especificações técnicas e demais elementos técnicos constantes dos anexos ao Edital e na proposta do CONTRATADO, os quais ficam fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento, e assim resumidos quanto a seus elementos essenciais:

(1) GRUPO 4

(2) UNIDADES DA FEDERAÇÃO: A área de atuação da AHINOR/DNIT compreende os estados do Maranhão, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

(3) NATUREZA DOS SERVIÇOS: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORAMENTO À GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA JUNTO À ADMINISTRAÇÃO HIDROVIÁRIA DAS HIDROVIAS DO NORDESTE – AHINOR/DNIT.

PARÁGRAFO ÚNICO - Nenhuma alteração, modificação, acréscimo ou decréscimo, variação, aumento ou diminuição de quantidade ou de valores, ou das especificações e disposições contratuais poderá ocorrer, inclusive quanto à habilitação e qualificação do CONTRATADO no certame licitatório, salvo quando e segundo a forma e as condições previstas na Lei nº. 8.666 de 21.06.93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO – EMPENHO E DOTAÇÃO

(1) DO VALOR - O valor estimado do presente Contrato, a preços iniciais, é de **R\$ 5.004.062,00 (cinco milhões quatro mil e sessenta e dois reais)**.

(2) - DO EMPENHO E DOTAÇÃO: A despesa, no corrente exercício, na parte nele a ser executada, correrá a conta da dotação do Orçamento do DNIT/2016, Funcional Programática nº. 26.122.2126.8785.0001 – “Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”, devidamente empenhada, conforme a Nota de Empenho nº. 2016NE801102, datada de 30/05/2016, no valor de R\$ 235.677,59 (duzentos e trinta e cinco mil seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta e nove centavos), emitida pela Diretoria de Administração e Finanças/DAF, a qual fica fazendo parte integrante deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nos exercícios seguintes, durante a vigência do contrato, as despesas respectivas serão empenhadas, em relação a parte a ser executada, indicando-se os créditos e empenhos para a sua cobertura em apostilamentos a serem então lavrados pelo DNIT. Os empenhos oriundos do presente instrumento serão efetuados preliminarmente em nome da empresa-líder, responsável pela representação do **CONSÓRCIO**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS UNITÁRIOS – Os preços unitários correspondentes a cada serviço contratado são os constantes da proposta do CONTRATADO.

aceita na licitação acima referida, cujas planilhas constituem os anexos integrantes deste instrumento, devidamente rubricados pelos representantes das partes contratantes.

CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO E PRORROGAÇÕES – O prazo de vigência deste contrato é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57 da Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas posteriores alterações.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A prorrogação dependerá da realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para a Administração, das condições e preços contratados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo para a conclusão dos trabalhos definidos na CLÁUSULA PRIMEIRA deste CONTRATO equivale ao período remanescente do previsto no *caput* da presente CLÁUSULA. Esse prazo será contado a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, observados, durante a sua execução, os prazos de etapas quando previsto no cronograma físico que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO – Em garantia da fiel e efetiva execução dos trabalhos contratados, o CONTRATADO prestou caução, sob a modalidade de Seguro-Garantia, fornecida pela Tokio Marine Seguradora, em data de 20.4.2016, no valor de R\$ 250.230,10 (duzentos e cinquenta mil duzentos e trinta reais e dez centavos), CORRESPONDENTE A 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR A PREÇOS INICIAIS DO CONTRATO, conforme Guia de Recolhimento de número 061902016870207750006250, efetivada em data de 20.4.2016, que integra o presente instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Durante a execução dos trabalhos, o CONTRATADO reforçará a caução acima referida de modo a perfazer, permanentemente, um total correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual a preços iniciais e reajustamentos, se os houver.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia prestada pelo licitante vencedor lhe será restituída ou liberada 60 (sessenta) dias consecutivos após o Recebimento Definitivo dos Serviços.

CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO – O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como:

I- Executar o objeto do contrato de acordo com as especificações do **Termo de Referência – ANEXO I**, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização do DNIT;

II- Comunicar por escrito ao setor do DNIT responsável pelo recebimento/fiscalização do objeto do contrato, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedam o prazo de vencimento da execução do objeto do contrato, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

III- Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do edital decorrente;

IV- Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente ao DNIT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

V- Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização do DNIT;

VI- Prestar esclarecimentos ao DNIT sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

VII- Havendo cisão, incorporação ou fusão da futura empresa CONTRATADO a alteração subjetiva do contrato ficará condicionada à observância, pela nova empresa, dos requisitos de habilitação de que trata o art. 27 da Lei 8.666/93, segundo as condições originalmente previstas na licitação; à manutenção de todas as condições estabelecidas no contrato original; à inexistência de prejuízo para a execução do objeto pactuado causado pela modificação da estrutura da empresa; e à anuência expressa da Administração, após a verificação dos requisitos apontados anteriormente, como condição para a continuidade do contrato.

VIII- Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;

IX- Possibilitar ao DNIT, em qualquer etapa, o acompanhamento completo da execução do objeto do contrato, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a qualquer solicitação da Contratante;

X- Atender prontamente quaisquer exigências do representante do DNIT, inerentes ao objeto do **Termo de Referência – ANEXO I**;

XI- Cumprir as demais obrigações constantes do **Termo de Referência – ANEXO I**.

CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO DNIT –
Constituem direitos e prerrogativas do DNIT, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei no 8.666 de 21/06/93, e suas alterações posteriores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caberá ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes:

I- Emitir as convocações, as ordens formais de execução, as notas de empenho e o Termo de Contrato relativos ao objeto do contrato;

II- Comunicar ao CONTRATADO todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do objeto.

III- Rejeitar, no todo ou em parte, a execução em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, e com as especificações deste edital e seus anexos.

IV- Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo.

V- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO com relação ao objeto deste Contrato; e

VI- Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

VII- Cumprir as demais obrigações constantes do Termo de Referência – ANEXO I.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não obstante o CONTRATADO seja o único e exclusivo responsável pela execução do objeto, à Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado do CONTRATADO que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

PARÁGRAFO QUARTO - Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO – O DNIT fiscalizará a execução dos trabalhos por meio de sua Diretoria de Infraestrutura Aquaviária ou, a critério desta, por delegação à Administração Hidroviária das Hidrovias do Nordeste – AHINOR/DNIT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Antes da assinatura do contrato e de qualquer alteração ou termo aditivo, deverão ser anexadas ao processo declarações relativas a consulta *on-line* do SICAF (Art.55, inciso XIII da Lei 8.666/93), acerca da situação cadastral do CONTRATADO, bem como consulta ao CADIN, nos termos do art. 6º, II, da lei nº 10.522/2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As consultas a que se refere o parágrafo anterior deverão ser repetidas antes de cada pagamento das medições, ocorridas no decorrer da contratação. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral do CONTRATADO, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 78, da Lei nº. 8666/93.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Durante a execução dos trabalhos não serão admitidas paralisações dos serviços por prazo, parcelado ou único, superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo por motivo de força maior, aceito por ambas as partes contratantes, excluídas quaisquer indenizações.

PARÁGRAFO QUARTO - Os trabalhos executados somente serão recebidos pelo DNIT, se estiverem de acordo com os Termos de Referência e o Quadro de Quantidades constante do Edital, atendida as especificações fornecidas pelo DNIT bem como em conformidade com as disposições constantes da Lei nº. 8.666 de 21.06.93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DE CONTRATO - este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei nº. 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

PARAGRAFO ÚNICO - Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada à análise do CONTRATANTE ao procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO DO CONTRATO - O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos e na forma previstos na Lei no 8.666, de 21.06.93, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO - DO REAJUSTAMENTO - O pagamento será creditado em nome do CONTRATADO, mediante ordem bancária em conta corrente por ele indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste edital, após a execução do objeto do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável nos documentos hábeis de cobrança.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - o pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária será realizado, desde que o contratado efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para execução do pagamento de que trata o parágrafo anterior, o contratado deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, CNPJ nº 04.892.707/0001-00, o nome do banco, o número de sua conta bancária e a respectiva agência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste contrato, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o CONTRATADO seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor. Nos casos de contratação de serviços de cessão de mão de obra, haverá regra específica no edital.

PARÁGRAFO QUINTO - A nota fiscal correspondente deverá ser entregue pelo CONTRATADO diretamente ao responsável pelo recebimento do objeto, que atestará e liberará a referida nota fiscal para pagamento, quando cumpridas todas as condições pactuadas.

PARÁGRAFO SEXTO - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao adjudicatário e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o DNIT.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234/12.

PARÁGRAFO OITAVO - Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

PARÁGRAFO NONO - A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - No caso de eventual atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devido será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

- EM** = Encargos Moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O pagamento será efetuado somente após as notas fiscais ou faturas serem conferidas, aceitas e atestadas pelo Fiscal do Contrato, sendo precedido de consulta ao SICAF, para comprovação do cumprimento dos requisitos de habilitação previstos nos arts. 27 a 32 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Na hipótese de irregularidade do CONTRATADO no Cadastro ou Habilitação junto ao SICAF, providenciar-se-á sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e de rescisão do contrato, resguardada a ampla defesa. O prazo estabelecido neste parágrafo poderá ser prorrogado, a critério da Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Qualquer alteração nos dados bancários deverá ser comunicada ao DNIT, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade do CONTRATADO os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O pagamento efetuado pelo DNIT não isenta o contratado de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

PARAGRAFO DÉCIMO SEXTO – REAJUSTE DE PREÇOS: Caso decorra período superior a um ano contado a partir da data limite para apresentação da proposta, os preços contratuais serão reajustados mediante a aplicação do índice utilizado pelo DNIT, apurado e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, com fundamento no art. 3º da Lei n. 10.192/01.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_i - I_o}{I_o} \times V$$

Onde: R = Valor da parcela de reajustamento procurado

Io = Índice de preço verificado no mês do orçamento do DNIT

Ii = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

Para itens de contratos que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens deverão ser desmembrados passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice. Aplica-se a Instrução de Serviço DG/DNIT Nº 02/2002 de 09/09/2002.

Não se admitirá nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

PARAGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - REPACTUAÇÃO: Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pelo CONTRATADO e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo ao CONTRATADO justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a respectiva repactuação anterior.

O prazo para o CONTRATADO solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

Caso o CONTRATADO não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

- a) Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- b) Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou ao CONTRATADO proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, o CONTRATADO efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.



Quando a repactuação referir-se aos demais custos, o CONTRATADO demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

- a) Os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- b) As particularidades do contrato em vigência;
- c) A nova planilha com variação dos custos apresentados;
- d) Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- e) Índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços Do CONTRATADO.

A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pelo CONTRATADO.

Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o CONTRATADO não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES – O CONTRATADO responderá administrativamente pela qualidade e eficiência dos serviços por ela executado, e essa se estenderá até a finalização dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As sanções deste Contrato são advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do estabelecido no Edital, e nos art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 7º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Instrução Normativa do DNIT Nº 04 de 23 de novembro de 2015, ou outra que venha substituir e demais disposições da legislação vigente. As respectivas Instruções Normativas encontram-se disponíveis através do endereço eletrônico <https://www.dnit.gov.br/licitacoes/legislacao/instrucoes-normativas>.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O rito para o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR referente às infrações praticadas pelos fornecedores do DNIT é o previsto na IN 04 de 23 de novembro de 2015, ou outra que venha substituir.


CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL – Ficam as partes cientes que as condições impostas neste contrato estão vinculadas ao Edital de Licitação que lhe deu origem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO – As partes elegem, de comum acordo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, a **Justiça Federal do Distrito Federal** para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

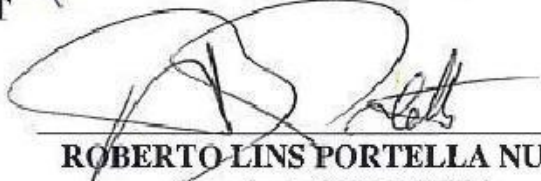
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EFICÁCIA DO CONTRATO – O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data da sua publicação.

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seu Representante Legal e Responsável Técnico, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas identificadas.

Brasília / DF, 03 de Junho de 2016.


VALTER CASIMIRO SILVEIRA
Diretor-Geral
DNIT


ERICK MOURA DE MEDEIROS
Diretor de Infraestrutura Aquaviária
DNIT


ROBERTO LINS PORTELLA NUNES
Consórcio STE-DZETA



DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES



PROCESSO Nº. 50600.011084/2016-91

**CONTRATO Nº. 268/2016-DAQ/DNIT
-TERMO ADITIVO DE
RERRATIFICAÇÃO Nº. 01**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE
INCLUSÃO DE CLÁUSULA DO
CONTRATO Nº. 268/2016-DAQ/DNIT -
EMPENHO E DOTAÇÃO, SOB O REGIME
DE CONTRATAÇÃO DE EMPREITADA
POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI
FAZEM O DEPARTAMENTO NACIONAL
DE INFRAESTRUTURA DE
TRANSPORTES - DNIT E O CONSÓRCIO
STE-DZETA, CONSTITUÍDO PELAS
EMPRESAS STE - SERVIÇOS TÉCNICOS
DE ENGENHARIA S.A. E DZETA
ENGENHARIA LTDA., PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ASSESSORAMENTO À GESTÃO
TÉCNICA E ADMINISTRATIVA JUNTO À
ADMINISTRAÇÃO HIDROVIÁRIA DAS
HIDROVIAS DO NORDESTE -
AHINOR/DNIT, NA FORMA ABAIXO:**

(1) DAS PARTES

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, Ente Autárquico Federal, vinculado ao Ministério dos Transportes, com sede em Brasília/DF - Setor de Autarquias Norte, Núcleo dos Transportes Q-3, B-A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.892.707/0001-00, doravante simplesmente denominado **DNIT** ou **CONTRATANTE**, representado pelo seu Diretor de Infraestrutura Aquaviária, o Senhor **ERICK MOURA DE MEDEIROS**, analista de finanças e controles, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 2.736.460 - SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob nº 010.896.757-39, com domicílio na Avenida Pau Brasil, Lote 20, Bloco A, Apartamento 604 - Águas Claras-Brasília/DF, e do outro lado, o **CONSÓRCIO STE-DZETA**, aqui denominado **CONTRATADO**, com sede no SCS, Qd. 04, Bl. A, Ed. Vera Cruz, 3º Andar, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.304-913, constituído pelas empresas **STE - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S.A.** (CNPJ Nº. 88.849.773/0001-98), no papel de empresa-líder, e **DZETA ENGENHARIA LTDA.** (CNPJ Nº. 07.013.960/0001-35), representado pelo Senhor **ROBERTO LINS PORTELLA NUNES**, brasileiro, casado, arquiteto inscrito no CPF/MF sob o nº. 184.376.560-87 e portador da cédula de identidade nº. 3013603554 - SSP/RS, residente e domiciliado à SHIS, QI 23, CJ. 11, Casa 01 - Lago Sul - Brasília/DF, CEP nº. 71.660-110, conforme documento que fica arquivado no setor competente.

(2) DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO - O presente instrumento tem como fundamento legal o art. 33, III, da Lei 8.666/93 e o item 3.3.6 do Edital nº 555/2015-00.



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



Setor de Autarquias Norte | Quadra 03 | Lote A
Ed. Núcleo dos Transportes | CEP: 70040-902
Brasília/DF | Fone: (61) 3315-4000



PROCESSO Nº. 50600.011084/2016-91

CLÁUSULA PRIMEIRA – INCLUSÃO: Fica incluído o item 03 na cláusula abaixo transcrita:

“CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO – EMPENHO E DOTAÇÃO

(3) *DAS PARTES:* As PARTES signatárias do presente instrumento participarão de todas as obrigações e direitos, receitas, custos, despesas, bem como dos resultados decorrentes dos serviços objeto do presente instrumento contratados com o DNIT, nas seguintes proporções:

Adequando as participações que eram:

CONSORCIADA

STE 70% (SETENTA POR CENTO) **LÍDER**

DZETA 30% (TRINTA POR CENTO)

Passa a ser:

CONSORCIADA

STE 50% (CINQUENTA POR CENTO) **LÍDER**

DZETA 50% (CINQUENTA POR CENTO) ”

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÃO: ficam mantidas integralmente, as demais cláusulas do TERMO DE CONTRATO ora aditado, que não foram modificados no todo ou em parte por este aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EFICÁCIA – O presente TERMO terá eficácia a partir da data da sua publicação no Diário Oficial da União.

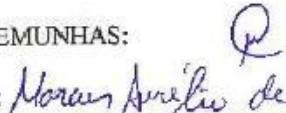
E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seu Representante Legal e Responsável Técnico, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas identificadas.

Brasília / DF, 16 de janeiro de 2017.


ERICK MOURA DE MEDEIROS
Diretor de Infraestrutura Aquaviária


ROBERTO LINS PORTELLA NUNES
Consórcio STE-DZETA

TESTEMUNHAS:

Nome:  Nome:
CPF: 934.962.901-10 CPF:

2



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES, PORTOS
E AVIAÇÃO CIVIL



Setor de Autarquias Norte | Quadra 03 | Lote A
Ed. Núcleo dos Transportes | CEP: 70040-902
Brasília /DF | Fone: (61) 3315-4000



DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES



PROCESSO Nº. 50600.011084/2016-91

**CONTRATO Nº 268/2016-DAQ/DNIT –
TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO
DE VALOR E REPLANILHAMENTO
Nº 02**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO DE
ACRÉSCIMO DE VALOR E
REPLANILHAMENTO DO CONTRATO Nº
268/2016-DAQ/DNIT, QUE ENTRE SI
FAZEM O DEPARTAMENTO NACIONAL
DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
- DNIT E O CONSÓRCIO STE-DZETA,
CONSTITUÍDO PELAS EMPRESAS STE -
SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA
S.A. E DZETA ENGENHARIA LTDA., PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ASSESSORAMENTO À GESTÃO TÉCNICA
E ADMINISTRATIVA JUNTO À
ADMINISTRAÇÃO HIDROVIÁRIA DAS
HIDROVIAS DO NORDESTE –
AHINOR/DNIT, NA FORMA ABAIXO:**

(1) DAS PARTES

O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES, Ente Autárquico Federal, vinculado ao Ministério dos Transportes, com sede em Brasília/DF – Setor de Autarquias Norte, Núcleo dos Transportes Q-3, B-A, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 04.892.707/0001-00, doravante simplesmente denominado **DNIT** ou **CONTRATANTE**, representado pelo seu Diretor de Infraestrutura Aquaviária, o Senhor **ERICK MOURA DE MEDEIROS**, auditor federal de finanças e controle, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 2.736.460 - SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob nº 010.896.757-39, com endereço no Setor de Autarquias Norte, Quadra 03, Lote A, 1º andar, Sala 1.168, Edifício Núcleo dos Transportes, CEP: 70.040-902, e do outro lado, o **CONSÓRCIO STE-DZETA**, aqui denominado **CONTRATADO**, com sede no SCS, Qd. 04, Bl. A, Ed. Vera Cruz, 3º Andar, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.304-913, constituído pelas empresas **STE – SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S.A. (CNPJ Nº. 88.849.773/0001-98)**, no papel de empresa-líder, e **DZETA ENGENHARIA LTDA. (CNPJ Nº. 07.013.960/0001-35)**, representado pelo Senhor **ROBERTO LINS PORTELLA NUNES**, brasileiro, casado, arquiteto, inscrito no CPF/MF sob o nº. 184.376.560-87 e portador da cédula de identidade nº. 3013603554 – SSP/RS, residente e domiciliado à SHIS, QI 23, CJ. 11, Casa 01 – Lago Sul – Brasília/DF, CEP nº. 71.660-110, conforme documento que fica arquivado no setor competente.

(2) DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - O presente instrumento tem como fundamento legal o art. 65, inciso I, alínea “b” e § 1º, da Lei 8.666/93, a Cláusula “13. ALTERAÇÕES”, do Edital nº 555/2015-DNIT e a “Cláusula Nona – Da alteração de contrato”, do termo de contrato nº 268/2016-DAQ/DNIT.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DE VALOR: Fica retificada a cláusula abaixo transcrita:

**“CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO – EMPENHO E
DOTAÇÃO**

O valor atualizado do presente contrato que antes era de R\$ 5.144.731,92 (cinco milhões, cento e quarenta e quatro mil, setecentos e trinta e um reais e noventa e dois centavos) passa a ser de R\$ 5.856.785,48 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos), sofrendo um acréscimo de R\$ 712.053,56 (setecentos e doze mil, cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos), em decorrência da necessidade do acréscimo das atividades/produtos.

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor de R\$ 712.053,56 (setecentos e doze mil, cinquenta e três reais e cinquenta e seis centavos), é o somatório dos valores das quantidades dos produtos ora aditados, calculado com base nos valores a preços iniciais (PI) das atividades/produtos (conforme planilha em anexo).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REPLANILHAMENTO: Ficam replanilhadas as quantidades das atividades/produtos do contrato, conforme descrito abaixo:

“PRODUTO 04 – Relatório de desenvolvimento de Composições de Custos Unitários do Modal Aquaviário, antes em quantidade não prevista, passa ser de 06;

PRODUTO 11 – Catálogo das IP4, antes em quantidade não prevista, passa ser de 22;

PRODUTO 12 – Plano de Manutenção Periódica das IP4, antes em quantidade não prevista, passa ser de 08;

PRODUTO 16 – Relatório de Gestão de processos e regularização de terrenos, antes em quantidade não prevista, passa ser de 06.”

CLÁUSULA TERCEIRA - RATIFICAÇÃO: ficam mantidas integralmente, as demais cláusulas do TERMO DE CONTRATO ora aditado, que não foram modificados no todo ou em parte por este aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA EFICÁCIA – O presente TERMO terá eficácia a partir da data da sua publicação no Diário Oficial da União.

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seu Representante Legal e Responsável Técnico, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas identificadas.

Brasília / DF, 07 de agosto de 2017.


ERICK MOURA DE MEDEIROS
Diretor de Infraestrutura Aquaviária


ROBERTO LINS PORTELLA NUNES
Consórcio STE-DZETA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome: Luiz Fernando de Paiva Fonseca
CPF: 586.131.106-49

TERMO DE SUB-ROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 268/2016 - DAQ/DNIT, QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, COMO SUB-ROGANTE, A ADMINISTRAÇÃO HIDROVIÁRIA DAS HIDROVIAS DO NORDESTE - AHINOR/DNIT, COMO SUB-ROGADO E COMO CONTRATADO O CONSÓRCIO STE-DZETA.

PREÂMBULO

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES DA FINALIDADE E FUNDAMENTO LEGAL

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES

SUB-ROGANTE - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, CNPJ/MF nº 04.0892.707/0001-00, com sede em BRASÍLIA-DF, Setor Autarquias Norte, Edifício Núcleo dos Transportes, Quadra 3, Lote "A", neste ato representado pelo Diretor de Infraestrutura Aquaviária, Sr. **ERICK MOURA DE MEDEIROS**, auditor federal de finanças e controle, portador da carteira de identidade nº 2.736.460 e inscrito no CPF/MF sob o nº 010.869.757-39, de acordo com a Portaria nº 1.788 aprovada nos termos do Decreto nº 8.489, de 10 de julho de 2015 e publicado no Diário Oficial da União de 13/07/2015, e o art. 178 do Regimento Interno aprovado pela Resolução/CA nº 26 de 05/05/2016 e publicada no Diário Oficial da União de 12/05/2016, com endereço no Setor de Autarquias Norte, Quadra 03, Lote A, 1º andar, Sala 1.168, Edifício Núcleo dos Transportes, CEP: 70.040-902.

SUB-ROGADO - ADMINISTRAÇÃO HIDROVIÁRIA DAS HIDROVIAS DO NORDESTE - AHINOR/DNIT, CNPJ/MF nº 04.892.707/0031-26, com sede em São Luís - MA, na rua da Paz, 561, Centro, CEP: 65.020-450, representado neste ato pelo seu Coordenador Geral de Administração Hidroviária, o Sr. **ANTONIO LOBATO VALENTE**, brasileiro, engenheiro, matrícula DNIT nº 9.408-2, CPF/MF nº 104.288.013-15.

CONTRATADO - CONSÓRCIO STE-DZETA., constituído pelas empresas STE - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S.A. (CNPJ Nº. 88.849.773/0001-98), no papel de empresa-líder, e DZETA ENGENHARIA LTDA. (CNPJ Nº. 07.013.960/0001-35), representado pelo Senhor **ROBERTO LINS PORTELLA NUNES**, brasileiro, casado, arquiteto, inscrito no CPF/MF sob o nº. 184.376.560-87 e portador da cédula de identidade nº. 3013603554 - SSP/RS, residente e domiciliado à SHIS - QI 25, Chácara 3, Casa B, Lago Sul, Brasília/DF, CEP: 71607-715.

DA FINALIDADE - O presente termo tem por finalidade formalizar a sub-rogação do Contrato Nº 268/2016, celebrado na data de 03 de junho de 2016 entre o **CONTRATADO** e o **SUB-ROGANTE**, tendo por objeto os serviços descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA SUB-ROGAÇÃO, sendo que o Contrato passa para a responsabilidade direta do **SUB-ROGADO**, consoante as cláusulas e condições que a seguir as partes reciprocamente se outorgam e aceitam.

DO FUNDAMENTO LEGAL – A Sub-rogação ora formalizada tem fundamento legal no art. 54 da Lei nº 8.666/93, bem como a Lei nº. 10.406/2002 e os arts. 347 a 349 do Código Civil, além das demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA SUB-ROGAÇÃO - Constitui objeto da presente sub-rogação a transferência do sub-rogante para o sub-rogado dos compromissos e responsabilidades decorrentes do **Contrato Nº 268/2016 UASG 393003**, correspondente a serviço de apoio administrativo para atuar nas dependências da Administração Hidroviária das Hidrovias do Nordeste/AHINOR/DNIT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DA PARTE SUB-ROGADA, DO EMPENHO E DOTAÇÃO

(1) **DO VALOR** - O valor correspondente à parte dos trabalhos descritos na Cláusula Segunda, ao Contrato ora sub-rogado, é de **R\$ 6.001.112,85 (PI + R)** (seis milhões, um mil, cento e doze reais e oitenta e cinco centavos).

(2) **DO EMPENHO E DOTAÇÃO** - As despesas correrão a conta da Dotação Orçamentária do DNIT/2017, Funcional Programática nº 26.122.2126.8785.0001 – “Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”, devidamente empenhada.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA PRORROGAÇÃO - O prazo para a execução dos trabalhos ora sub-rogados, correspondente ao previsto no **Contrato Nº 268/2016**, e tem previsão de término do prazo contratual o dia 03/06/2019.

Parágrafo Primeiro - O prazo aqui referido poderá ser prorrogado em conformidade com o disposto no Art. 57 da Lei nº 8.666, de 21.06.93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

DO SUB-ROGANTE - Constituem direitos e/ou obrigações:

(1) assegurar ao sub-rogado a imediata assunção dos trabalhos ora sub-rogados, no estado e nas condições em que se encontrar de modo a garantir a sua continuidade, independentemente de qualquer outra formalidade;

(2) assumir, como de fato e de direito assume, integral e solidária responsabilidade pela parte dos trabalhos que executou ao amparo do Contrato ora sub-rogado, inclusive a responsabilidade civil pela solidez e segurança, assim como a ético profissional pela perfeita execução das partes executadas até a data da assinatura do presente instrumento;

DO SUB-ROGADO - Constituem direitos e/ou obrigações:

(1) assumir, integral e isoladamente, todos os direitos, obrigações e responsabilidades decorrentes do **Contrato Nº 268/2016**, na parte ora sub-rogada, substituindo, para todos os efeitos de direito o SUB-ROGANTE;

(2) observar as cláusulas e condições pactuadas no mencionado Contrato, como se aqui integral e expressamente reproduzidas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO - Ficam mantidas, integralmente, as demais cláusulas do CONTRATO ora aditado, que não foram modificadas no todo ou em parte por este aditivo.

CLÁUSULA NONA – DA EFICÁCIA - O presente Termo terá eficácia a partir da data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Processo nº 50600.011084/2016-91

CLÁUSULA DECIMA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que porventura venham a ocorrer durante a execução do contrato sub-rogado.

E, assim, por estarem as partes justas e acordadas, ratificam em todos os seus termos, cláusulas e condições, o Contrato Nº 268/2016, os quais fica incorporado ao presente instrumento, assinado em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Brasília, 02 de Janeiro de 2018.



ERICK MOURA MEDEIROS
Diretor de Infraestrutura Aquaviária
DNIT



ANTONIO LOBATO VALENTE
Coordenador Geral de
Administração Hidroviária
AHINOR/DNIT



ROBERTO LINS PORTELLA NUNES
Representante Legal do Consórcio STE-DZETA

Testemunhas:

Nome: Anibal Sampaio X. de Oliveira Nome: _____
CPF: 282.578.706-00 CPF: _____